



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – UFV**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCH**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – DCS**  
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – CIS 454**

**MAXWELL LOPES VIANA**

**IMPACTO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO NO CAPITAL SOCIAL DAS  
COMUNIDADES DO DISTRITO FEDERAL (2017)**

Viçosa – Minas Gerais

2021

**MAXWELL LOPES VIANA**

**IMPACTO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO NO CAPITAL SOCIAL DAS  
COMUNIDADES DO DISTRITO FEDERAL (2017)**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa, como exigência da disciplina CIS 454 – Trabalho de Conclusão de Curso II e como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Marcelo Ottoni Durante

Viçosa – MG

2021

**MAXWELL LOPES VIANA**

**ESTRATÉGIAS DE POLICIAMENTO PARA AS COMUNIDADES DO DISTRITO  
FEDERAL – UMA ANÁLISE DE SEUS ELEMENTOS POTENCIALIZADORES**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa, como exigência da disciplina CIS 454 – Trabalho de Conclusão de Curso II e como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Marcelo Ottoni Durante

---

Prof. Marcelo Ottoni Durante - Orientador  
(UFV)

---

Profa. Daniela Alves de Alves  
(UFV)

---

Prof. Antônio Carlos Miranda  
(UFV)

**“The world cannot be understood without numbers.  
But the world cannot be understood with numbers alone.”**

**- Hans Rosling**

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais – Romero e Janete – e minhas irmãs – Nataly, Natália e Priscila – pelo zelo, carinho e compreensão que sempre tiveram por mim.

Aos amigos igarianos Fransmiller Freitas, Josué Neumann, Ozeias Moura e Tiago Texeira pelo companheirismo ao longo das décadas e por estarem ao meu lado em tempos difíceis cuja alegria só foi possível de ser encontrada graças a honra de tê-los ao meu lado.

A Marcelo Ottoni Durante, por ter sido muito mais que um orientador, tendo sido um verdadeiro exemplo de ser humano e guia moral em tempos difíceis e em ambientes que exigiam de nós sabedorias que transcendem o conhecimento acadêmico e profissional.

Aos atiradores do Tiro de Guerra Tenente Kümmel do ano de 2007 por contribuírem na formação de meu caráter e por me proporcionarem os momentos mais extraordinários de companheirismo.

Ao Coronel Célio Dutra pela amistosidade no trato diário, pela paciência em ensinar e por ser um exemplo de ética profissional.

A querida Angélica Barros, pela simpatia e por sempre me lembrar de olhar para direções da vida que as quais sozinho não o faria.

A Mariane Pena pelo máximo carinho com que sempre me tratou, por ter sido meu porto seguro quando eu mais precisei, por compartilhar comigo sua alegria de viver e por ter me proporcionado momentos de alegria que jamais esquecerei.

Aos amigos da Secretaria da Segurança Pública do Distrito Federal por todos os bons momentos que passamos juntos e por tão bem me receberem.

Aos amigos da Secretaria da Segurança Pública do Tocantins por estarem ao meu lado na consecução de projetos tão importantes para mim e por tornarem todo o estresse de nosso trabalho um elemento pequeno diante de toda boa vontade de toda a equipe.

Aos amigos do Ministério da Justiça por serem tão amistosos e disponíveis, sendo sempre muito mais que excelentes profissionais, mas parceiros verdadeiramente dedicados na construção de um Brasil melhor e me dando a honra de verem em mim alguém afinco com estas mesmas aspirações tão nobres.

## RESUMO

O presente trabalho visa analisar como as estratégias de policiamento nas comunidades do Distrito Federal contribuem para uma abordagem menos repressiva de segurança pública. Ao mitigar a sensação de insegurança e fomentar o capital social das comunidades, a presença do policiamento ostensivo em uma vizinhança busca facilitar a formação da rede de associações entre os vizinhos, criando oportunidade para a formação da eficácia coletiva. Como forma de efetivar o objetivo proposto, utilizamos os dados de uma pesquisa de vitimização executada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal. Trata-se de uma pesquisa amostral probabilística, realizada em 2016, que contemplou aproximadamente 20 mil domicílios. A análise se deu por meio de uma regressão logística tendo a presença de capital social na vizinhança como fator dependente e a percepção da população sobre o policiamento ostensivo na vizinhança como fator explicativo. Foi possível constatar a relevância do policiamento ostensivo na promoção do capital social, porém de forma muito fraca, indicando que existem outros fatores mais importantes na determinação da presença do capital social entre a população no Distrito Federal.

**Palavras chaves:** Policiamento ostensivo; Patrulhamento; Capital social; Eficácia coletiva

## ABSTRACT

This paper aims to analyze how policing strategies in communities in the Federal District contribute to a less repressive approach to public security. By mitigating the feeling of insecurity and fostering the social capital of communities, the presence of ostensive policing in a neighborhood affects the formation of the network of associations between neighbors, creating space or setting limits for the formation of collective effectiveness. As a way to carry out the proposed objective, we used data from a victimization survey carried out by the State Secretariat of Public Security and Social Peace of the Federal District. This is a probabilistic sample survey that included approximately 20 thousand households involving issues regarding victimization by crimes, feelings of insecurity, policing on the streets, among other factors that contextualize these phenomena. The analysis took place through a logistic regression with the presence of social capital as a dependent factor and the population's perception of ostensible policing as an explanatory factor. It was possible to verify the relevance of ostensive policing in the promotion of social capital, but in a very weak way, indicating that there are other more important factors in determining the presence of social capital among the population in the Federal District.

**Key words:** Overt policing; Patrolling; Share capital; Collective effectiveness

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Histograma .....	36
Figura 2 - Policiamento nas ruas .....	37
Figura 3 - Grau de conhecimento entre vizinhos.....	39
Figura 4 - Confiança entre vizinhos .....	40
Figura 5 - Frequência de visitação entre vizinhos.....	42

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Sexo do entrevistado .....	34
Tabela 2 - Faixa etária do entrevistado .....	34
Tabela 3 - Variáveis do modelo .....	35
Tabela 4 - Capital social escalar.....	35
Tabela 5 - Policiamento por RA .....	38
Tabela 6 - Conhecimento entre vizinhos por RA .....	39
Tabela 7 - Confiança entre vizinhos por RA.....	41
Tabela 8 - Visitação entre vizinhos por RA .....	42
Tabela 9 - Modelo do sumário .....	43
Tabela 10 - Tabela de classificação ab.....	44
Tabela 11 - Tabela de classificação a .....	44
Tabela 12 - Categorias respostas.....	45
Tabela 13 - Variáveis na equação .....	45

## SUMÁRIO

RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
INTRODUÇÃO .....	10
PARADIGMAS DA ATUAÇÃO POLICIAL .....	13
A ESCOLA DE CHICAGO E A QUESTÃO URBANA .....	16
CRIMINALIDADE, CAPITAL SOCIAL E SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA .....	22
ASPECTOS IMPACTANTES NA ESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL NAS COMUNIDADES .....	31
METODOLOGIA.....	33
ANÁLISE DOS DADOS .....	37
CONCLUSÃO.....	47
BIBLIOGRAFIA.....	48

## INTRODUÇÃO

A criminalidade violenta tem se consagrado como um dos maiores problemas vividos pela população brasileira. Com taxas historicamente crescentes e quantitativos absolutos superiores a baixas de guerra, os homicídios no Brasil impressionam. Segundo o Anuário da Segurança Pública 2019, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, o Brasil contabilizou, em 2018, 57.341 Mortes Violentas Intencionais - MVI, o que corresponde a uma taxa de 27,5 MVI's para cada 100 mil habitantes. Globalmente, o Brasil encontra-se em primeiro lugar no ranking de total de homicídios segundo dados de 2018 analisados pelo UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime, com 57.358 homicídios. Já os roubos contra transeuntes atingiram um total de 812.567 ocorrências registradas nas delegacias de Polícia Civil de todo o país, representando uma taxa de 411 roubos para cada 100 mil habitantes.

Cabe ressaltar que estes dados se referem aos registros oficiais realizados nas Delegacias de Polícia Civil e para os crimes como o roubo estes dados podem estar sub representados. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Vitimização realizada em 2011, pesquisa amostral probabilística executada pelo Ministério da Justiça, 3,7% da população brasileira foi vitimada por roubo de algum bem (excluindo-se automóveis) naquele ano. Destes, 57,9% não registraram nenhuma ocorrência nos órgãos competentes. Assim, é possível dizer que enquanto o quadro oficial de ocorrências criminais é alarmante, a inferência para o quadro real é consideravelmente ainda mais alarmante.

O cenário pede medidas urgentes de contenção à violência. Historicamente, o Brasil tem buscado enfrentar esta crise através do incremento do policiamento nas ruas, numa perspectiva de enfrentamento armado. Quando se fala em investimento na segurança pública, logo se pensa em mais policiais, mais viaturas e armamentos cada vez mais pesados. Entretanto, a insistência da violência em fazer parte de nosso cotidiano denota os fracos resultados alcançados por esta estratégia. Ousar estratégias com outras perspectivas se faz necessário e urgente.

Como alternativa às estratégias repressivas de combate à criminalidade violenta diversos operadores da segurança pública apontam para a necessidade de políticas de viés comunitário e de fortalecimento dos vínculos sociais entre membros de mesma comunidade/vizinhança como forma de promoção do controle social sobre a conduta criminosa. O fortalecimento das redes de sociabilidade estabelecida nas comunidades coloca o cidadão no centro da dinâmica de proteção da comunidade, seja através da comunicação de delitos (potenciais ou em curso) ou através do fortalecimento do processo de socialização de normas e valores entre os membros mais jovens da comunidade. Neste contexto, entra o conceito de capital social, um ativo ainda pouco explorado pelas estratégias de enfrentamento da criminalidade no Brasil.

Para além da desatenção dos gestores para com este tipo de abordagem, também é possível identificar dificuldades práticas para sua implementação. O controle social informal, aquele executado pela comunidade com foco na segurança da comunidade, por vezes é inviabilizado pelo próprio medo do crime (ou sensação de insegurança) compartilhado pelas pessoas, gerando um ambiente de desconfiança mútua entre os membros de uma mesma comunidade onde a preservação da própria integridade física pelo indivíduo é colocada como uma necessidade de primeira ordem. Não havendo reconhecimento e/ou confiança entre membros de uma mesma comunidade, é pouco provável que estes se associem de forma a zelar coletivamente pela segurança do espaço onde vivem ou mesmo que intervenham em comportamentos desviantes de crianças e adolescentes.

Este processo de deterioração da capacidade das comunidades em se associar em torno do controle informal do seu território foi bem caracterizado pelas etnografias realizadas por Alba Zaluar e Ana Paula Ribeiro nas favelas cariocas. A este respeito, Zaluar e Ribeiro ressaltam:

“Sem contar com os controles informais dos vizinhos que se enfraqueceram no processo de militarização dos traficantes, nem com a mediação de conflitos entre estes últimos sempre disputando o controle dos pontos de venda e de poder local, a polícia entra em locais já conflagrados pelo conflito armado. Em um círculo vicioso

infindável, essa situação só faz reforçar práticas policiais baseadas no seu poder de fogo e práticas repressivas da “guerra contra os inimigos internos” ou da “caça aos bandidos”, estabelecidas nas últimas décadas. A ideia da guerra contra outro poder armado “paralelo”, com alta capacidade de corromper, dificulta enormemente a adesão às normas legais que deveriam orientar a ação policial, já dificultada pelo alto poder de corrupção dos traficantes de drogas ilegais, além de impossibilitar a cooperação baseada na capacidade de organização vicinal demonstrada pela população pobre da cidade. Trata-se do capital social negativo tornando inviável a participação vicinal informal, como também a cívica no confronto dos problemas da vizinhança.” (ZALUAR e RIBEIRO. 2009)

Defendemos aqui, na nossa pesquisa, o argumento de que esta abordagem de natureza preventiva não pode ser tratada como antagônica a abordagens repressivas. Se por um lado é possível observar que a repressão, sozinha, não tem sido capaz de solucionar o problema da segurança pública, também é possível notar que buscar promover o capital social independentemente da situação da segurança pública em uma comunidade pode ser algo pouco viável.

Assim, em que pese o intento de buscar alternativas não repressivas para o trato da segurança pública e considerando os parâmetros básicos para a utilização do capital social das comunidades, é necessário ponderar sobre os limites dessa abordagem e sobre a necessidade de empreender em primeiro momento estratégias repressivas em algum nível. Para que as alternativas que se valem da sociabilidade comunitária possam ser empregadas, existe a possibilidade de, antes, ser necessário uma etapa que envolva trabalho repressivo para promover a contenção de crimes mais violentos e subsidiar a construção de uma atmosfera de maior sensação de segurança aos indivíduos, os colocando, então, em condições de confiar uns nos outros e de efetuar seu protagonismo social.

Neste sentido, este trabalho buscou compreender a capacidade da atividade repressiva – materializada na forma do patrulhamento policial ostensivo – em subsidiar a associatividade vicinal, condição primeira para que se articule o *capital*

*social* da comunidade em prol da melhora da situação da segurança pública por meio da eficácia coletiva.

## **PARADIGMAS DA ATUAÇÃO POLICIAL**

Ao longo das últimas décadas, a segurança pública tem experienciado diferentes abordagens no Brasil e no mundo. Em que pese as práticas policiais serem diversas, é possível delimitá-las em 3 grandes paradigmas, quais sejam: o policiamento orientado a resultados, o policiamento comunitário e policiamento orientado à inteligência. Estes paradigmas refletem mais que uma diversidade de perspectivas policiais, mas uma evolução alavancada por seus resultados positivos e negativos, assim como o estado do desenvolvimento científico criminológico de seus respectivos períodos.

Na década de 70 do século passado, abandonando uma postura demasiadamente burocrática da gestão da segurança pública, nasce o conceito de policiamento orientado a resultados (problem-oriented). Na década de 70, o criminólogo americano Herman Goldstein propõe o fim dos antigos métodos de lidar com cada crime um após o outro, sempre numa estratégia reativa, e fomenta a ideia de que através de dados criminais agregados seria possível prever algumas ocorrências e assim estar no local correto e no momento adequado para impedir a ocorrência do crime. A este respeito, pontua Skogan:

“Goldstein raises the point that clusters of calls - often from the same address - might have a common cause. He reasoned that if police came to understand crime clusters - he dubbed them "problems" - they could reduce the volume of future calls by solving their common cause.” (SKOGAN. 2004)

A abordagem proposta recorre ao uso intensivo de informação estatística e georreferenciada para direcionar a utilização de recursos escassos. Fazendo largo uso da análise criminal, o policiamento orientado a resultados busca identificar o padrão criminal dos delitos e crimes que mais afetam as comunidades. Ao identificar o perfil espaço-temporal das ocorrências e o perfil de vítimas e autores e ao compreender a dinâmica destas ocorrências, a gestão da segurança pública

passa a destinar seus recursos de forma mais eficiente e, principalmente, empreendendo uma postura mais proativa na contenção da criminalidade.

Pelo fato dessa abordagem ter caráter proativo e antever a ocorrência dos crimes, ela ganha um potencial preventivo. Junto ao uso intensivo de informação qualificada e tecnologia da informação, o aspecto preventivo torna-se um diferencial que posteriormente seria aprimorado pelas novas abordagens da segurança pública. Desde então, este modelo de policiamento tornou-se a principal referência para a segurança pública no mundo, conforme aponta Azevedo, Riccio e Ruediger:

“A perspectiva definida por Goldstein tem influenciado diversas práticas de policiamento em todo o mundo, pois ressalta a prevenção como instrumento de contenção da violência”  
(AZEVEDO, RICCIO e RUEDIGER. 2011)

A partir deste marco na gestão da segurança pública, novas abordagens foram desenvolvidas. Durante as décadas de 80 e 90, o policiamento comunitário surge como conceito incorporando os princípios da orientação à resolução de problemas, ressaltando com ainda mais força o aspecto preventivo e dando novos passos em relação às fontes de informação e processos deliberativos.

O grande diferencial do policiamento comunitário foi a inserção da sociedade como interlocutora ativa na gestão da segurança pública. Ouvir os cidadãos e os policiais que atuam diretamente *in locu* torna-se um objetivo primordial. Entendendo a sociedade como um dos principais informantes, esta torna-se parte fundamental na delimitação de estratégias e metas. Este processo consiste no reconhecimento da comunidade como mais uma fonte capaz de agregar eficiência à ação policial e, embora seja difícil de definir exatamente em que consiste o policiamento comunitário, é possível identifica-lo mais como um avanço processual do que um novo produto da atividade policial, como indica Wesley Skogan e Suzan Hartnett:

"In a definitional sense, community policing is not something one can easily characterize. It involves reforming decision-making processes and creating new cultures within police departments; it is not a packet of specific tactical plans. It is an organization a l strategy that redefines the goals of policing, but leaves the means of achieving them to practitioners in the field. It is a process rather

than a product. Efforts to do it share some general features, however. Community policing relies upon organizational decentralization and a reorientation of patrol in order to facilitate two-way communication between police and the public. It assumes a commitment to broadly focused, problem-oriented policing and requires that police be responsive to citizen's demands when they decide what local problems are and set their priorities. It also implies a commitment to helping neighborhoods solve crime problems on their own, through community organizations and crime prevention programs." (SKOGAN e HARTNETT. 1997)

Este tipo de abordagem está presente nas políticas como as de "rede de vizinhos protegidos" onde a Polícia Militar incentiva a vizinhança a criar canais de comunicação para trocar informações sobre possíveis ameaças às suas famílias e propriedades, assim como políticas mais formais a exemplo dos Conselhos Comunitários de Segurança, onde representantes comunitários dialogam regularmente com os operadores da segurança pública sobre seus problemas e as estratégias que seriam mais adequadas para as suas localidades.

Assim, é possível notar que o policiamento comunitário e o policiamento orientado a resultados não são estratégias excludentes. De fato, podem se somar em determinados momentos ou caminhar paralelamente em outros. Assim como a polícia se municia de informação criminal qualificada, esta mesma informação pode municiar a comunidade, que por sua vez instrui mais adequadamente a polícia sobre a dinâmica dos crimes apontados pelos dados.

Por último, o modelo de policiamento orientado à inteligência se apresenta como a abordagem mais moderna, servindo-se de informação qualificada para orientar as políticas de segurança. Não se limitando a dados criminais, o modelo de inteligência faz uso de dados oriundos de diversas outras fontes que podem, segundo algum marco teórico, contribuir para a produção da criminalidade em determinado território. Dados sobre perfil demográfico, sobre a rede de iluminação pública, sobre o controle fiscal da população, sobre a legalidade de documentações de propriedades, etc. são exemplos dessas fontes.

O modelo de inteligência visa não se limitar à análise criminal, mas dela extrair inferências para compreender os padrões observados no passado e também estabelecer projeções de longo prazo, ressaltando assim uma visão mais estratégica de todo o processo. A esse respeito ressalta :

"O modelo de policiamento orientado à inteligência (intelligence-led policing) busca uma perspectiva diferenciada, baseada na análise de dados, na obtenção de informação e geração de inteligência, a fim de instruir a tomada de decisão por parte dos gestores das organizações policiais. Em razão dos recursos, materiais e humanos, a utilização da informação é básica à otimização da ação policial, razão pela qual o esforço em direcionar a reorientação da ação da polícia no exercício da sua autoridade e competências únicas pode ser otimizado por meio da inteligência." (AZEVEDO, RICCIO e RUEDIGER. 2011)

Assim, é possível notar que o processo de evolução dos paradigmas de policiamento envolveu principalmente o objetivo de escapar da abordagem meramente reativa e buscar conferir capacidade preventiva ao seu modus operandi. Por óbvio, tais abordagens demandam aparato técnico capaz de executar a adequada gestão da informação, assim como demandam que as forças policiais – sejam elas do nível estratégico, tático ou operacional –, os atores públicos de outras áreas relacionadas com a segurança pública e a própria comunidade recebam as devidas capacitações. Tudo isso possui um custo que por vezes não é integralmente abarcado pelo orçamento da segurança pública. Por isto, é de extrema importância que os fundamentos teóricos e empíricos que baseiam estas abordagens sejam cientificamente bem desenvolvidos, a fim de garantir que o recurso de que dispõe a segurança pública seja adequadamente empregado.

## **A ESCOLA DE CHICAGO E A QUESTÃO URBANA**

A evolução dos paradigmas de policiamento descritos no capítulo anterior demonstra um caminho que sai da estratégia tradicional de segurança pública de caráter reativo (aumento do efetivo, diminuição no tempo de atendimento e aumento do número de prisões) e segue para uma nova perspectiva de caráter

preventivo que reúne a necessidade da análise científica dos problemas enfrentados para descobrir suas causas e acompanhar os resultados das ações empreendidas, a participação da comunidade para municiar a polícia com informações e, por fim, a agregação das perspectivas sociais e jurídicas de enfrentamento dos problemas visando atuar nas causas efetivas destes problemas.

Por mais que a comunidade tenha ganhado relativo protagonismo ao longo deste processo evolutivo, esse protagonismo teve como principal viés a ideia de ser “fonte de informação”. Paralelamente a este processo evolutivo dos modelos de policiamento, a produção científica das ciências humanas já gestava neste período novas formas de compreensão sobre o papel da comunidade no contexto da produção da segurança pública.

No início do século XX, nascia um conjunto de estudos sobre a territorialização dos indivíduos que impactaria fortemente a criminologia nas décadas seguintes, sendo verdadeiros marcos referenciais da segurança pública no mundo atual. Com a publicação do livro *The City*, escrito por Robert Park em 1925, nasce a – polêmica – concepção de ecologia humana, onde busca-se compreender como os diferentes grupos sociais se estabelecem no território. Park argumentava que uma dinâmica de competição territorial fixava determinados grupos em áreas privilegiadas da cidade, enquanto grupos menos capazes eram compelidos a fixar residência em regiões com menos oportunidades econômicas e infraestrutura inferior.

Em que pese os pressupostos dessas concepções terem sido largamente criticados devido ao uso de analogias de caráter biológico, assim como pelo fato de não dar suficiente atenção para os conflitos de classe, esta concepção influenciou as obras criminológicas das décadas seguintes através de um conjunto de autores reconhecidos como pertencentes à “Escola de Chicago”. Estes autores buscavam inicialmente compreender como o espaço urbano influencia os fenômenos sociais. Contrapondo-se a modelos clássicos que buscavam identificar nos indivíduos características determinantes do comportamento criminoso, esta abordagem retira o foco dos indivíduos e ressalta o efeito das características urbanas no comportamento destes. O cerne de desenvolvimento teórico desta perspectiva

identifica na estruturação urbana elemento fundamental do controle social informal (WIRTH, 1938).

Uma compreensão geral que fundamentou os primeiros estudos da Escola de Chicago consiste na ideia de que zonas específicas das cidades comportavam condições fomentadoras do comportamento criminoso. Identificar estas condições passa a ser um dos grandes objetivos da Escola de Chicago, a exemplo das descobertas de Shaw e McKay em 1942, como indica Bráulio Silva e Frederico Marinho:

“Shaw e McKay concluíram que deveria haver algum fator contextual nesses ‘lugares’ que conduzia a essa estabilidade do crime e da delinquência, muito além das características associadas aos indivíduos. De fato, as comunidades pobres, também caracterizadas por uma elevada concentração de imigrantes, falhavam em consolidar um padrão comportamental normativo em decorrência da grande heterogeneidade social. Em adição, devido à alta mobilidade residencial características dessas áreas, o estabelecimento de laços sociais ficava prejudicado e impedia o exercício de mecanismos informais de controle social. Assim, as características estruturais desses lugares e o comportamento desviante tornam-se elementos constituintes de um ambiente socialmente desorganizado.” (SILVA e MARINHO. 2014)

A maior crítica feita a esse modelo questiona o aspecto demasiadamente objetivo com que se aborda os processos urbanos, inclusive dando a eles caráter de “natural”, assim como constantemente atribuem esta adjetivação aos conceitos, tais como “zonas naturais” e “processos naturais”. Ao compreender a dinâmica entre os grupos sociais presentes no território como uma relação mecânica, a teoria negligencia as disputas políticas e fatores capazes de afetar fortemente a mobilidade destes grupos, como a expansão de setores econômicos e a consequente especulação imobiliária.

As teses centrais da Escola de Chicago encontraram seus principais críticos dentro da escola marxista, que, por sua vez, privilegia as dimensões econômicas e políticas na produção e reprodução dos fenômenos urbanos. Apesar destas críticas, a Escola de Chicago forneceu modelos analíticos e uma vasta descrição

dos impactos da conformação urbana nas formas de interação dos seus habitantes (BRÁULIO e MARINHO), influenciando assim a produção de diversas políticas públicas que visam engajar comunidades no controle social das desordens e do crime como forma de política comunitária de segurança pública.

A política pública mais famosa que se utilizou dessa fundamentação “ecológica” do crime foi o programa novaiorquino “Tolerância Zero”. Ao ressaltar a importância da “desorganização social” estabelecida em um determinado território como fator determinante da incidência dos problemas de segurança pública ali presentes, controlar os mais sutis delitos e gerar uma sensação de ordem tornou-se o mote do programa. O objetivo geral do Tolerância Zero residia na produção de um impacto psicológico nos indivíduos frequentadores de determinados territórios de Nova Iorque, caracterizados pela presença elevada da desordem e da criminalidade. Suas ações se direcionavam ao combate dos pequenos infratores, visando impedir que se tornassem criminosos de maior vulto. A principal contribuição da Escola de Chicago para este processo evolutivo dos modelos de policiamento foi evidenciar a relevância dos indivíduos como atores fundamentais no controle do seu próprio território e não apenas como fontes de informação.

Esta perspectiva onde os membros de determinada comunidade fazem uso de seu estoque de capital social para atuar ativamente no controle da presença da criminalidade veio a ser conhecida como “eficácia coletiva”. Ela enseja uma alternativa à política de segurança pública de viés repressivo, tendo como foco a capacidade das comunidades em converter capital social em controle social informal. O capital social é um conceito que tem como um de seus principais articuladores Robert David Putnam, que o definiu como “a quantidade de potencial participativo, orientação cívica e confiança em outras pessoas disponíveis para cidades, estados ou nações” (Putnam 1993, 2000). Basicamente, trata-se da capacidade de comunidades em se associar em torno de objetivos comuns, tendo como “liga” o conhecimento e confiança mútua da comunidade.

O conceito de capital social entrou para o rol de elementos a serem considerados no âmbito da segurança pública uma vez que a sua presença mostrou ter implicações diretas sobre a incidência das desordens e da criminalidade, como aponta o próprio Putnam:

“As comunidades com maior capital social têm taxas de criminalidade mais baixas e escolas mais eficientes. As crianças dessas comunidades encontram-se sob risco menor de gravidez na adolescência, abuso sexual, uso de drogas ou delinquência juvenil. Os cidadãos de comunidade de alto capital social desfrutam de administração mais responsável, honesta e eficiente, e ficam, conseqüentemente mais propensos a pagar seus impostos e a cumprir com outras obrigações da sua cidadania.” (PUTNAM. 2003)

É importante salientar que este conceito não se confunde com a interação despretensiosa entre membros de uma determinada comunidade. O capital social tem um potencial a ser explorado de forma objetiva pelos membros da comunidade que o possui. A síntese da delimitação conceitual do *capital social* pode ser obtida através do apontamento de Alba Zaluar , que diz:

“Esclarecendo o aglomerado de conceitos, a sociabilidade — entendida como a interação pela interação sem finalidades — e a confiança entre pessoas que habitam o mesmo local trazem efeitos não esperados para os que delas participam, tais como mais diversão, mais bem-estar, melhor saúde. O capital social, por sua vez, tem finalidades pragmáticas, na medida em que pode ser usado para alcançar objetivos individuais, tais como emprego, vaga em hospital público, vigilância sobre sua casa e seus filhos na vizinhança ou conquista de bens políticos e simbólicos. Faz parte do que também se denomina lógica instrumental, porque baseada em cálculo, articulada à lógica da reciprocidade ou da dádiva. Quando os objetivos são coletivos, a confiança adquirida na sociabilidade precisa da capacidade de mobilização e organização dentro da rede, o que integra ainda mais o cálculo à reciprocidade. Ou seja, a sociabilidade é o substrato a partir do qual se constitui ou não o capital social.” (ZALUAR e RIBEIRO. 2009)

Desta forma, fica claro ainda que a partir do exercício do capital social presente em comunidades com problemas de segurança pública, em especial os crimes contra o patrimônio, é possível promover melhoras inclusive nos índices de sensação de insegurança. Esta relação entre o capital social e os indicadores de criminalidade das comunidades tem sido mais bem conceituado como *eficácia*

*coletiva* e foi definido por Zaluar (2009) como “a capacidade diferencial que as vizinhanças demonstram em realizar os valores comuns dos moradores e em manter controles sociais efetivos sobre as pessoas em socialização, a maior fonte de variação vicinal em violência.”

É importante salientar que a eficácia coletiva é um fenômeno que se alimenta do capital social das comunidades, porém trata-se de um fenômeno com delimitações próprias, não se confundindo com o capital social per se. O capital social diz respeito a capacidades dos indivíduos em acessar informações ou recursos de determinada população através da rede de reconhecimento e confiança de que dispõe. Já a eficácia coletiva diz respeito à capacidade dos indivíduos de determinada população em se associarem a fins de conquistar vantagens objetivas com fins a solucionar problemas pontuais ou estruturais de suas comunidades. Enquanto o primeiro trata-se de um potencial difuso, o segundo fala de uma pauta clara e concreta a ser solucionada pelos indivíduos (MATTOS, 2018)

Estas análises da eficácia coletiva como um fator relevante para a contenção dos indicadores de sensação de insegurança e criminalidade retratam de modo geral estudos realizados na América do Norte e Europa, podendo revelar facetas diferentes na realidade cultural brasileira. E, de fato, assim se revelam. Estudos etnográficos conduzidos por Zaluar nas favelas cariocas fazem ressaltar o paradoxo entre a criminalidade e a *eficácia coletiva*. Em que pese o fato do *capital social* e a mobilização comunitária com finalidades coletivas possuírem altos índices nas favelas cariocas, quando em comparação com demais regiões do Rio de Janeiro, a violência e a sensação de insegurança também se apresentam como traços marcantes destas regiões.

Em que pese o alto grau de capital social das favelas cariocas, a sua derivação em eficácia coletiva é sobrestada na medida em que o contexto criminal atinge magnitude tal que inviabiliza a sua realização. A esse respeito, diz Zaluar e Ribeiro:

“Ao longo de pesquisas etnográficas feitas a partir de 1980 em vizinhanças pobres na cidade, foi possível observar como os vizinhos encolheram a participação na socialização informal dos

jovens por conta do medo dos traficantes, dos milicianos e dos policiais violentos e corruptos. No início dos anos de 1980, ainda era possível ver adultos admoestando, ensinando, cuidando das crianças que brincavam nas ruas do bairro, o que foi ficando cada vez mais raro à medida que os vizinhos passavam a demonstrar claramente o medo em comentar, criticar ou apenas falar sobre o domínio militar já estabelecido e os conflitos armados resultantes nos locais onde moravam.

Portanto, a eficácia coletiva só aconteceria quando houvesse condições locais de segurança que permitissem a intervenção dos vizinhos, além de estar dentro das práticas socialmente aceitas para alguém se imiscuir nas atitudes de outra pessoa, mesmo que seja um adolescente” (ZALUAR e RIBEIRO. 2009)

Ou seja, este contexto das favelas cariocas, onde o emprego da violência contra aquele que se expõe é uma possibilidade cada vez mais concreta, constitui um “embargo” à eficácia coletiva. Se por um lado, a eficácia coletiva se apresenta como uma possibilidade de política de segurança não repressiva, por outro, sua aplicação depende de um cenário de maior segurança. Porém, muitas outras comunidades ao redor do Brasil, em especial do Distrito Federal, possuem contexto não tão drástico em termos de violência. Nosso objeto de estudo é justamente verificar em que medida, nestas comunidades do Distrito Federal, o policiamento ostensivo pode constituir um gatilho para a construção de um ambiente onde os indivíduos se sentem seguros o suficiente para confiarem entre si e efetivarem a sua eficácia coletiva.

## **CRIMINALIDADE, CAPITAL SOCIAL E SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA**

Como foi apontado anteriormente, a situação da segurança pública, em termos da incidência da criminalidade e da presença da sensação de segurança dos indivíduos são condicionantes importantíssimas do exercício pleno de práticas sociais potencialmente relevantes para a elevação da qualidade de vida nas comunidades, envolvendo inclusive a melhora na incidência da criminalidade.

No Brasil, os homicídios são comumente elencados como a principal métrica a partir da qual se avalia os resultados das políticas de segurança. Os homicídios também têm sido o elemento a receber maior atenção por parte da grande mídia. Outras naturezas criminais tais como aquelas ligadas aos Crimes Contra o Patrimônio (CCP) ou até mesmo agressões físicas são preteridas no debate público. Isto se dá na medida em que o Brasil não dispõe de um sistema de informações confiáveis para a maioria destas naturezas criminais. Enquanto no contexto dos homicídios, o Estado é obrigado a realizar o registro de ocorrência, abrir inquérito e registrar o caso no sistema de informações de saúde pública, para as outras naturezas criminais, não existe esta obrigação e, portanto, para a maior parte dos casos ocorridos o registro não é efetuado. Seja pela dificuldade do sistema persecutório em gerir informação criminal ou pelo desinteresse do cidadão em registrar, o fato é que muita informação sobre a criminalidade é perdida. Pela confiabilidade de sua mensuração e por pressupor concomitância com outras naturezas criminais de difícil rastreamento, se consolida assim a primazia do homicídio como o grande indicador da criminalidade violenta.

Porém, buscar outros indicadores tanto pode quanto deve ser tarefa do Estado brasileiro. Ainda que os homicídios sejam indicadores úteis, outros indicadores componentes do CCP possuem relevância por muitos outros motivos. Um furto a uma residência ou um roubo de um celular em um ponto de ônibus são fenômenos muito mais responsáveis pela sensação de insegurança da população do que um homicídio, como indica Ribeiro (2019) ao analisar o contexto criminal do Distrito Federal:

“Importante destacar que a taxa de CCP apresentou, em todo o período, os maiores coeficientes de correlação com a insegurança na vizinhança, o que indica maior associação entre estes fenômenos. Ainda que com correlação não se possa falar em causalidade, como já foi dito anteriormente, os resultados apresentam forte evidência do relacionamento entre a sensação de insegurança na vizinhança com os roubos e furtos.” (RIBEIRO. 2019)

A vitimização pela criminalidade afeta diretamente a sensação de insegurança de uma comunidade e afeta, também, elementos promotores da sensação de segurança, como o capital social. A esse respeito Aparecido dos Reis pontua sobre a violência:

“A violência reduz o investimento estrangeiro e nacional, obstaculizando assim as possibilidades de crescimento a longo prazo. Entre outros efeitos, desestimula o interesse das pessoas em investir tempo e dinheiro em educação e trabalho, como formas de ascensão social, e pode induzir parcela da população a desenvolver atividades delitivas, ao invés de ações de participação social. Apesar dos agrupamentos humanos em geral dificilmente alcançarem uma condição de total ausência de conflitos, níveis elevados de distúrbios acarretam, com certeza, sensíveis prejuízos, afetando aquilo que Sylvain Cote (2001) denomina de capital social, considerado como um adequado envolvimento e relacionamento da pessoa, individualmente, em grupos e na comunidade.” (REIS, Aparecido. 2012)

A importância do capital social para a produção da sensação de segurança já havia sido apontada em 1988 por Steven Box, Chris Hale e Glen Andrews. Conceituando o conjunto de condutas expressas em forma de confiança recíproca entre vizinhos como “coesão social”, os autores já ressaltavam que indivíduos sem conexões sociais em suas vizinhanças possuem tendência a sentirem-se mais desamparados e suscetíveis às ameaças da criminalidade. Porém, a percepção de que na sua comunidade existem laços fortes de reciprocidade entre as pessoas pode contribuir para mitigar esta sensação de insegurança. Para estes autores “essas três pistas ambientais - incivildades, condições de moradia da vizinhança e coesão da vizinhança - todas contribuem para o medo do crime.” (BOX, HALE e ANDREWS. 1988).

Notoriamente, a criminalidade violenta per si se mostra como um fator que atenua a capacidade de uma comunidade em usar seu capital social em favor do controle social informal. Porém, não apenas a violência em si mesma é um fator limitador neste sentido, mas também o próprio medo desta violência. Não é necessário que a violência tome lugar para que os indivíduos reajam a ela. A

expectativa de que esta violência possa tomar lugar em suas vidas influencia suas ações e seus pensamentos, especialmente no contexto coletivo.

A literatura demonstra que por volta da década de 60 o conceito de “sensação de insegurança”, por vezes referenciada como “medo do crime”, passou a se tornar objeto de interesse sociológico. A sensação de insegurança ou medo do crime – aqui compreendida como uma reação emocional negativa em relação à possibilidade de um evento criminal não necessariamente violento – tem se tornado uma crescente na sociedade brasileira desde a década de 80, como já pontuava Sérgio Adorno na década de 90:

“Desde o início da década passada, parece ter se acentuado o sentimento de medo e insegurança diante da violência e do crime. Qualquer cidadão, independentemente de suas origens ou de suas características étnicas, de gênero, geração, riqueza ou poder sentiu-se ameaçado e inseguro diante do futuro de seu patrimônio pessoal, em especial quanto à proteção de seu bem mais precioso – sua vida.” (ADORNO. 1999)

A sensação de insegurança, nas palavras de Gláucio Soares, é “muito alta no Brasil, o suficiente para ser considerada uma questão de saúde mental pública” (SOARES, 2008). Por si mesma, a sensação de insegurança é um problema digno de atenção, pois ela pode promover diversos transtornos aos indivíduos para além da reação emocional negativa. Indivíduos inseguros tendem a investir mais tempo, dinheiro e esforço em mecanismos e formas de proteção, diminuindo o investimento que poderiam fazer sobre sua própria qualidade de vida (Hale, 2006). A insegurança faz com que um indivíduo não se exponha de diversas maneiras em sua comunidade, deixando de realizar uma caminhada ao ar livre ou deixando de frequentar certos espaços de lazer e cultura. A insegurança pode até mesmo reduzir o faturamento de determinados estabelecimentos comerciais de zonas estigmatizadas pela violência, uma vez que afasta consumidores e diminui o fluxo de bens e serviços.

A sensação de insegurança possui também o potencial de produzir problemas (Beato. 2013) que transcendem os limites da prejudicialidade individual e que escalam para problemas comunitários ou de repercussão que afeta o

conjunto das sociedades. A sensação de insegurança pode funcionar como um catalizador para outros problemas sociais, como bem destaca Hale.

“Fear may increase social divisions between rich and poor, between those who can afford private security measures and those who cannot. This deterioration in community life may lead in turn to a decline in society’s ability do deal with crime. The conundrum to be faced is whether fear of crime, and the defensive responses it provokes, may contribute to increases in crime.” (HALE, 2006)

Neste contexto, cabe salientar que uma das características mais perniciosas da sensação de insegurança é sua capacidade de delimitar uma temática a ser combatida com a conseqüente necessidade de dar rosto a indivíduos concretos objeto deste combate. O medo do crime é um fenômeno que não apenas pode promover fenômenos psicológicos sérios como a *ansiedade*, mas pode funcionar também como um receptor objetivo de outras formas de ansiedades difusas das sociedades contemporâneas, dando forma a um mal “encarável”. A esse respeito, Hale (1996) destaca que:

“Crime is a convenient receptacle for anxieties associated with modern living for a number of reasons. First, it represents one of the last remaining ‘others’ in a complex society. The ‘criminal other’ represents a traditional ‘bogeyman’ where anxieties can be safely projected and attacked. What sets the ‘criminal other’ apart from, for example, the ‘racial other’ is that in modern societies many people know, often as family members, people from ethnic minorities and as such, processes of racial othering are harder to undergo. In addition, widespread social condemnation of explicitly racist opinions has made this all the harder anyway. This has not happened, however, with those people identified as ‘criminal’. Thus the ‘criminal other’ represents a convenient location for the storing of anxieties.” (HALE. 1996)

Assim, não é difícil supor o potencial da sensação de insegurança como fomentador de outros problemas sociais, na medida em que possibilita um maior consenso social em torno de pautas igualmente problemáticas, como a estigmatização de minorias sociais.

Esta relação entre violência e insegurança também já foi identificada como tributária da deterioração do capital social de comunidades. Através da pesquisa de vitimização realizada no Rio de Janeiro em 2007 pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Gláucio Soares identifica esse fenômeno ao analisar os dados da pesquisa.

“Isso indica uma correlação positiva entre a vitimização por Agressão/Ameaça e baixa confiança na vizinhança, que, mais uma vez, remete à individualização de tipo negativa – isto é, a individualização decorrente do isolamento e do esgarçamento do tecido urbano – , que reduz as chances de desenvolvimento do capital social, aumentando, na mesma proporção, a sensação de vulnerabilidade social.” (SOARES. 2008)

Conclui-se, portanto, que uma boa estratégia de enfrentamento dos problemas da segurança pública precisa dar conta, não apenas das desordens e criminalidade, mas também da sensação de insegurança e seus efeitos sobre a vida em sociedade a fins de permitir que o capital social das comunidades não seja deteriorado, uma vez que este pode se constituir como um ativo relevante das comunidades para o enfrentamento de problemas cotidianos. Parte dessas estratégias pode se materializar na forma de policiamento ostensivo, na esperança de que reduza a incidência da criminalidade e incremente a sensação de segurança e que disto derive em fomento ao capital social.

## **IMPACTO DA ATUAÇÃO POLÍCIAL PARA ALÉM DO CONTROLE CRIMINAL**

Historicamente, a segurança pública, no Brasil, tem sido conduzida dando primazia ao nível estadual, possuindo um forte viés repressivo, como indica Ignácio Cano:

“São os estados os atores principais na área de segurança pública. Cada estado conta com uma Polícia Militar, uma força uniformizada, cuja tarefa é o patrulhamento ostensivo e a manutenção da ordem, e com uma Polícia Civil, que tem como missão, investigar os crimes cometidos. Dessa forma, nenhuma

das duas polícias executa o chamado "ciclo completo" de segurança pública, que vai da prevenção à repressão, o que suscita problemas de duplicidade e rivalidade entre ambas. Em geral, as políticas estaduais de segurança - se é que podem receber este nome sem planejamento, objetivos e avaliação - são basicamente reativas e baseadas na repressão, mais do que na prevenção." (CANO. 2006)

Desta forma, o dia-a-dia da segurança pública traduz-se em operações pontuais visando respostas de curto prazo para questões momentâneas ou em policiamento ostensivo, que seria uma forma de policiamento preventivo, uma vez que este inibe a ação de indivíduos estimulados. Entretanto, cabe ressaltar que este aspecto de prevenção não abarca as ações focadas no combate às condições (causas) que promovem o estímulo dos indivíduos ao cometimento de crimes. Assim, mesmo em seu aspecto preventivo, as políticas de segurança tendem a possuir um forte viés repressivo, uma vez que se baseiam fundamentalmente na exibição da capacidade em aplicar a força para afugentar o potencial criminoso.

No Brasil, o trabalho policial é executado por diversas polícias distintas, cada uma possuindo estrutura própria, assim como são detentoras de autonomia em relação umas às outras. As polícias existentes no Brasil são: Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícia Legislativa e Polícia do Exército. Fora estas corporações ainda existem as guardas municipais. Estas corporações são responsáveis pela execução de diferentes atividades ligadas à segurança pública, cada uma com suas doutrinas e práticas específicas.

A polícia federal subordina-se ao Ministério da Justiça, compete a ela lidar com os crimes julgados pela Justiça Federal e a lidar com o controle de fronteiras aéreas e marítimas.

A polícia rodoviária federal subordina-se ao Ministério da Justiça e é responsável pela organização do trânsito e pelas ocorrências criminosas e delitivas que tomam lugar nas rodovias federais.

A polícia ferroviária federal possui as mesmas atribuições que a polícia rodoviária federal, porém, limitando seu escopo às ferrovias federais.

A polícia legislativa é um órgão da Câmara dos Deputados e possui o dever de garantir a ordem dentro da Câmara, investigar as infrações penais ocorridas neste ambiente e também é responsável pela segurança pessoal dos deputados federais.

A polícia do exército possui um leque bastante amplo de atribuições. Compete a ela o patrulhamento ostensivo e velado nas dependências dos territórios militares, realizar investigações, custodiar presos militares, garantir a preservação dos edifícios dos territórios militares e fazer cumprir as ordens e regulamentos militares, zelando pela disciplina militar.

A Polícia Civil é a responsável pela atividade investigativa. Ela é a responsável pela atividade de polícia judiciária, auxiliando o Poder Judiciário na aplicação da lei. Compete a ela instaurar e presidir os inquéritos policiais e executar a atividade de inteligência policial. A Polícia Civil subordina-se ao governo das unidades federativas.

Por último temos a Polícia Militar, responsável primariamente pelo policiamento ostensivo executado em áreas civis. Ela configura-se também como força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro. Assim como a Polícia Civil, ela subordina-se ao governo das unidades federativas.

O policiamento ostensivo executado pela Polícia Militar é a atividade policial mais comumente percebida pela população em geral. A ostensividade visa justamente atingir a percepção visual da população, buscando promover maior sensação de segurança aos cidadãos e gerando efeito dissuasório sobre potenciais criminosos, assim como também se posiciona em pontos onde o pronto emprego pode ser demandado com maior frequência. Através de rondas em viaturas, bicicletas, semoventes, aeronaves, embarcações e até mesmo a pé, os policiais buscam fazer-se presentes em pontos de fluxo de transeuntes, de forma a inibir ações criminosas e delitivas, assim como estarem apostos para pronta resposta. Embora o policiamento ostensivo tenha a competência de cessar o crime ou delito em curso, ele também visa prevenir que tais ocorrências se iniciem.

Em comparação com as atividades das demais polícias, a atividade de policiamento ostensivo realizado pela Polícia Militar certamente é aquela que mais se faz presente no cotidiano da população, sendo frequentemente visto e lembrado por um número maior de cidadãos.

Por se fazer tão mais presente, é ela – a Polícia Militar – que mais interage com a população. É à Polícia Militar que a população mais recorre, inclusive para socorrê-la em momentos que não dizem respeito a segurança pública, como, por exemplo, a realização de partos onde os atores da saúde tem dificuldade de chegar. Aos olhos da população, a atuação policial não deve se limitar à reação aos crimes, mas deve se dispor a atender demandas diversas da comunidade, como indicam Paixão e Beato ao analisarem o contexto de Minas Gerais:

“É notável, entretanto, o grande número de atividades assistenciais exercidas pela polícia em Minas Gerais, funcionando como uma via de acesso ao âmbito privado das populações, e que pode ter como consequência a legitimação de sua ação em atividades que não são precípuas de sua natureza. A polícia é acionada com base numa percepção de senso comum do que pode ser considerado como um problema de ordem pública” (PAIXÃO, Antônio e BEATO, Cláudio. 1997)

Por possuir esse contato mais próximo com as comunidades, a Polícia Militar, através do policiamento ostensivo, acaba por adentrar na vida das comunidades de forma mais profunda produzindo efeitos positivos, tais como a sensação de segurança. Ao analisar o contexto do Distrito Federal, Arthur Costa e Marcelo Durante pontuam que

“A análise dos impactos destes fatores [policiamento em viatura ou moto e policiamento a pé] no medo dos indivíduos confirma nossa expectativa de que as pessoas que percebem a presença de policiamento nas vias públicas da vizinhança, especialmente a pé, sentem menos medo” (COSTA e DURANTE. 2019)

É importante salientar que o policiamento ostensivo, além do impacto psicológico gerado nos indivíduos, também incide sobre a criminalidade em si, e a partir destas duas frentes impacta a sensação de insegurança. Ao analisar os

dados da pesquisa de vitimização do Distrito Federal, Arthur Costa e Marcelo Durante identificam que indivíduos vitimados pela criminalidade desenvolvem maior sensação de insegurança do que os não vitimados:

“as pessoas que são vítimas de roubo têm 82,9% mais chance de sentirem medo no bairro onde residem durante o dia do que as pessoas que não são vítimas de roubo. Seguindo o que foi observado em relação a percepção de risco, o roubo também é o fator mais importante, tendo maior impacto nas situações de medo no bairro onde a pessoa reside. No contexto doméstico, os tipos criminais que impactam o medo são, em ordem de importância, roubos, ameaças, furtos e discriminações. Nos outros bairros da cidade, fora aquele onde a pessoa reside, as ameaças são o único tipo criminal que não geram impacto no medo. Nos bairros onde as pessoas residem, os fatores mais importantes são: roubos e as discriminações. Por fim, vale salientar que a vitimização por ofensas sexuais tem impacto no medo apenas no contexto noturno. Novamente, corroboramos o argumento de que a vitimização por crimes violentos é que gera mais medo.” (COSTA e DURANTE. 2019)

Assim, o policiamento ostensivo se apresenta como ferramenta duplamente relevante, na medida em que afeta a sensação de segurança pela via do efeito psicológico gerado nos indivíduos e pela via do combate à criminalidade em si, que possui ingerência negativa na sensação de segurança. Desta forma, é de alta relevância que se compreenda melhor os impactos potenciais e limitações do policiamento ostensivo, especialmente na presença do capital social.

## **ASPECTOS IMPACTANTES NA ESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL NAS COMUNIDADES**

Um aspecto relevante para a compreensão de como o capital social se estrutura no seio das comunidades diz respeito à dimensão demográfica da população. As redes de associação engendradas pelos indivíduos necessariamente se fazem perpassando pelas subjetividades destes. Uma vez que estas subjetividades se moldam através da experiência social dos indivíduos, os papéis sociais desempenhados, assim como as expectativas sociais sobre como

os indivíduos devem desempenhar tais papéis, são de considerável relevância para a formação destas associações.

O perfil dos indivíduos, como gênero e idade, indica as possibilidades que os indivíduos potencialmente terão no que tange à sua experiência comunitária. No passado, a divisão social do trabalho se mostrava muito mais bem demarcada pela variável gênero do que nos tempos atuais. Enquanto no passado a mulher não possuía acesso ao mercado de trabalho formal, atualmente esta realidade apresenta padrão distinto. Este fenômeno da entrada das mulheres no mercado de trabalho é relevante na medida em que é apontado como um dos fatores tributários do declínio no capital social das comunidades norte americanas (COLEMAN, 1993).

Existe a compreensão geral de que as mulheres representam um potencial associativo a ser articulado em políticas públicas de viés comunitário. Uma vez que, em tese, estas vivenciam a comunidade de forma mais intensa que os homens estas seriam um agente valioso dentro destas políticas. A este respeito, Maxine Molyneux pontua:

“The evidence shows across a range of countries that women among low-income groups are frequently those with the strongest community and kin ties; many such women do network, they do engage in reciprocal supportive relations, they are often those who support church activities and participate in local forms of associational life.” (MOLYNEUX, 2002)

Da mesma forma, a idade dos indivíduos também constitui uma variável estrutural a ser considerada. A idade dos indivíduos é um importante fator a determinar as atividades que um indivíduo necessita cumprir. Jovens em idade escolar podem possuir um estoque de tempo diferente dos idosos para dedicar a interação comunitária, impactando assim o nível de coesão que terão com os demais membros de suas comunidades.

Alyne Sehnem e Janaina Macke ao diagnosticar o capital social da região de Santa Catarina identificam diferentes potenciais associativos para diferentes faixas etárias. Conceituando diferentes tipos de capital social, determinam o capital social do tipo *micro bonding* como as relações mais fortes, realizadas entre amigos e familiares a partir de bases de valores comuns. Para esta métrica, a faixa etária dos

indivíduos se apresentou como variável de alta relevância. Nesta, os adolescentes e idosos apresentaram maior capital social.

“Esse resultado é explicado pelas relações que se estabelecem com os amigos e familiares, tanto nos adolescentes quanto nas pessoas de maior idade. Os adolescentes buscam amparo e apoio com os amigos, estreitando os laços com esse grupo no processo de amadurecimento e descoberta da vida adulta. O grupo de pessoas com 60 anos ou mais (que estão aposentados ou em processo de aposentadoria), o qual refletiu a maior média, justifica o seu resultado pela (re)aproximação com o grupo familiar. Esse grupo possui maior disponibilidade de tempo para se dedicar à família (pais, filhos, netos), amigos e a desenvolver atividades que distam dos compromissos impostos pelas rotinas de trabalhos (viagens, passeios, festas).” (SEHNEM E MACKE, 2014)

Assim, considerar o impacto do gênero e da idade dos indivíduos na produção do capital social das comunidades se apresenta como uma tarefa relevante e serão utilizadas como variáveis de controle neste estudo da relação entre a presença do policiamento ostensivo e do capital social nas comunidades do Distrito Federal.

## **METODOLOGIA**

Nossa hipótese a ser testada é se a presença do policiamento ostensivo impacta de forma positiva na presença de capital social. Nossa variável a ser explicada – dependente – será a variável binária capital social, composta pelas categorias “alto capital social” e “baixo capital social”. Já a variável explicativa – independente ou preditora – será o “policiamento nas ruas”, composta pelas categorias “Ótimo”, “Bom”, “Regular”, “Ruim”, “Péssimo” e “Não tem”. Adicionalmente, utilizaremos as variáveis sexo, idade, vitimização por crimes e sensação de insegurança do entrevistado como variáveis de controle desta relação entre capital social e policiamento ostensivo.

Para alcançar os resultados pretendidos por este estudo, optamos por utilizar a Pesquisa de Vitimização Distrital de 2017, realizada pela Secretaria de Estado da

Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal. O desenho amostral visando garantir a representatividade por região administrativa foi desenvolvido pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CodePlan e contou com 19.922 entrevistas aleatoriamente distribuídas pelas 31 regiões administrativas do Distrito Federal, regiões oficiais ao presente momento da pesquisa.

Os endereços das residências a serem entrevistadas foram sorteados pela CodePlan e a amostragem demográfica replicou a distribuição etária e de sexo de cada região administrativa. A distribuição geral da pesquisa foi apresentada abaixo:

*Tabela 1 - Sexo do entrevistado*

SEXO DO ENTREVISTADO		
	Frequência	Porcentagem válida
Masculino	9336	46,9
Feminino	10586	53,1
Total	19922	100

Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização (2017)

*Tabela 2 - faixa etária do entrevistado*

FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO		
	Frequência	Porcentagem válida
16-24	3732	18,7
25-34	3914	19,6
35-44	3864	19,4
45-54	3261	16,4
55 ou mais	5151	25,9
Total	19922	100

Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização (2017)

A amostragem buscou replicar o padrão demográfico identificado por pesquisas conduzidas pela CodePlan. Eventuais divergências demográficas entre a Pesquisa de Vitimização Distrital e o levantamento da CodePlan foram corrigidas através da aplicação de pesos estatísticos. Para a execução da análise proposta realizamos uma análise de regressão logística binária, que é uma técnica de estatística avançada que permite identificar a existência de uma relação de causalidade entre os fatores analisados.

Para operacionalizar esta investigação no tocante a presença de capital social e a qualidade do policiamento ostensivo foram usadas as seguintes perguntas do questionário da pesquisa de vitimização:

*Tabela 3 - variáveis do modelo*

VARIÁVEL 01	VARIÁVEL 02	VARIÁVEL 03	VARIÁVEL 04
<b>Em relação aos seus vizinhos, o Sr. diria que:</b>	<b>Com relação aos seus vizinhos, o Sr. diria que:</b>	<b>Com que frequência o Sr. visita os seus vizinhos ou é visitado por eles:</b>	<b>Como o Sr. avalia o policiamento nas ruas de sua vizinhança:</b>
1. Conhece todos ou quase todos;	1. Confia na maioria deles;	1. Sempre;	1. Ótimo;
2. Conhece muitos;	2. Confia em alguns deles;	2. De vez em quando;	2. Bom;
3. Conhece alguns;	3. Não confia em nenhum deles.	3. Raramente;	3. Regular;
4. Não conhece nenhum.		4. Nunca.	4. Ruim;
			5. Péssimo;
			6. Não tem.

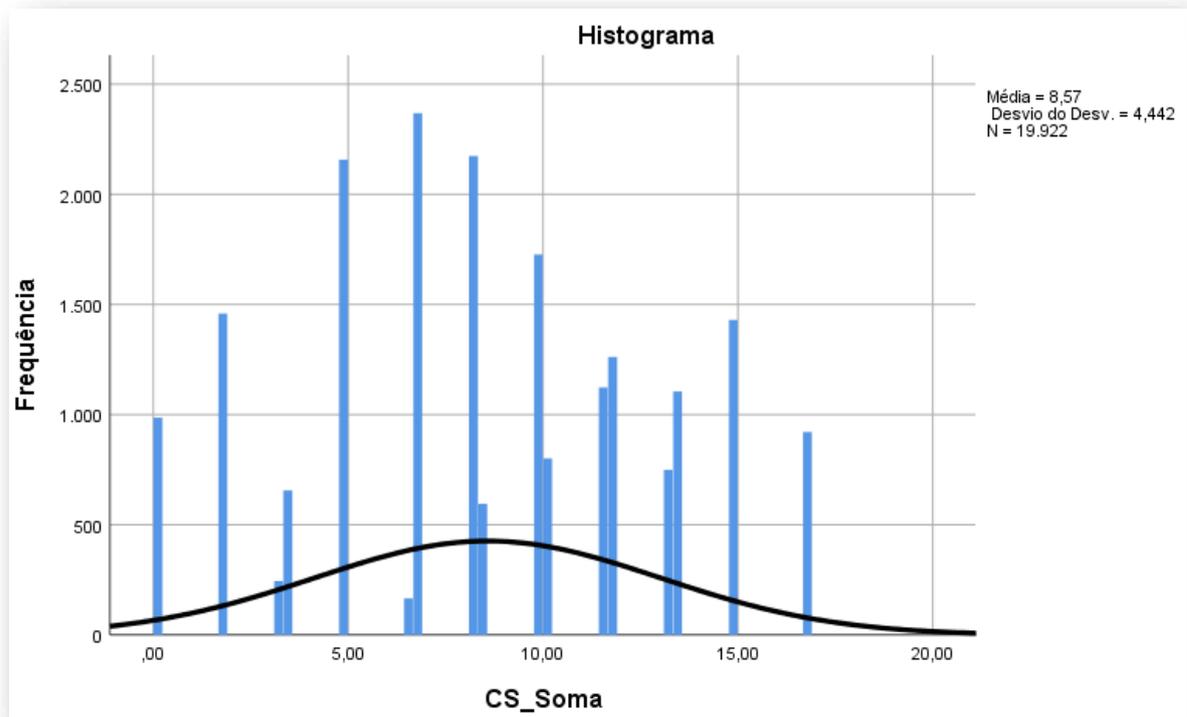
Como forma de mensurar o grau de capital social do contexto vicinal em que os entrevistados se inserem, criamos um indicador a partir da pontuação dada a cada uma das respostas às questões VARIÁVEL 01, VARIÁVEL 02 e VARIÁVEL 03 e posteriormente agregamos a pontuação em um índice de 0 a 10, conforme tabela a seguir:

*Tabela 4 - capital social escalar*

VARIÁVEL 01	Pts	VARIÁVEL 02	Pts	VARIÁVEL 03	Pts
1. Conhece todos ou quase todos;	5,00	1. Confia na maioria deles;	6,67	1. Sempre;	5,00
2. Conhece muitos;	3,33	2. Confia em alguns deles;	3,33	2. De vez em quando;	3,33
3. Conhece alguns;	1,67	3. Não confia em nenhum deles; e	0,00	3. Raramente;	1,67
4. Não conhece nenhum; e	0,00			4. Nunca; e	0,00

Entre as respostas de cada questão foi distribuído um total de 10 pontos, ponderando segundo a maior contribuição para o capital social. Com base neste sistema cada indivíduo obteve um resultado que foi agregado em uma nova variável sobre o capital social. A distribuição da pontuação dos entrevistados se apresentou da seguinte forma:

Figura 1 – Histograma Índice de Capital Social



Para fins de possibilitar a execução da regressão logística binária, dicotomizamos a variável sobre o capital social criando uma nova variável binária tendo como ponto de corte a média identificada: 8,57. Aqueles com indicador abaixo da média foram categorizados como 0 e aqueles acima como 1.

Assim, temos uma variável binária dependente que nos indicará a presença de capital social. A principal covariante, variável independente, foi a VARIÁVEL 04, que nos informa o quanto a população tem percebido o policiamento ostensivo nas ruas de sua vizinhança. Nossa hipótese é de que a presença do policiamento ostensivo nas ruas fomente um ambiente onde o capital social da vizinhança possa

ser desenvolvido. Logo, quanto melhor o policiamento nas ruas, esperamos que se identifique uma presença maior de capital social.

## ANÁLISE DOS DADOS

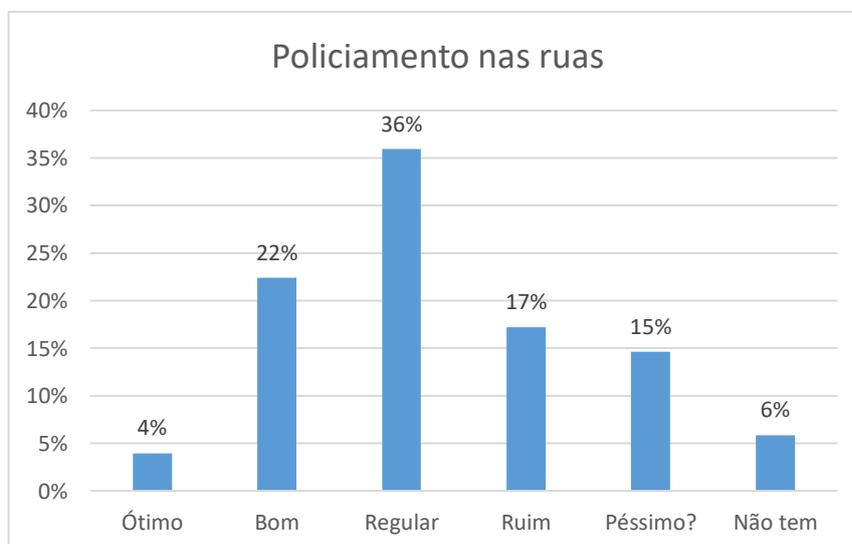
Todos os procedimentos de tratamento e análise foram realizados utilizando o software IBM Statistical Package for the Social Sciences versão 25. Após a execução da regressão, identificamos que a estatística global do modelo em seu passo zero (que contém apenas a constante, sem as variáveis independentes) é significativa (inferior a 0,0001), indicando que a inserção das variáveis independentes no modelo impactou efetivamente o resultado da predição.

## PRESENÇA DO POLÍCIAMENTO OSTENSIVO E CAPITAL SOCIAL

### Presença do Policiamento nas Ruas

O policiamento nas ruas foi considerado “regular” pela maioria dos brasileiros, 36%. Somando o “ótimo” mais “bom” totaliza-se 26%. Ao considerar as 31 regiões administrativas contempladas pelo desenho amostral, identificamos que a menor incidência de “ótimo mais bom” se refere ao Park Way, com 11,4% e a maior incidência se refere ao Varjão, com 65,4%.

Figura 2 – Qualidade do policiamento nas ruas



Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização (2017)

Tabela 5 – Qualidade do Policiamento por RA

Região administrativa	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo?	Não tem	Ótimo+Bom
Varjão	17,3%	48,1%	25,0%	5,8%	3,8%	0,0%	<b>65,4%</b>
Sudoeste/Octogonal	11,3%	39,8%	33,1%	6,5%	5,8%	3,5%	<b>51,1%</b>
Cruzeiro	9,7%	40,1%	34,1%	8,3%	5,1%	2,8%	<b>49,8%</b>
Riacho Fundo	7,4%	36,8%	33,5%	10,7%	9,2%	2,6%	<b>44,1%</b>
Núcleo Bandeirante	8,5%	33,5%	33,5%	12,8%	7,9%	3,7%	<b>42,1%</b>
Candangolândia	7,3%	31,8%	35,5%	10,9%	13,6%	0,9%	<b>39,1%</b>
SIA	9,1%	27,3%	27,3%	18,2%	9,1%	9,1%	<b>36,4%</b>
Gama	5,7%	30,7%	34,1%	13,9%	10,7%	5,0%	<b>36,4%</b>
Brazlândia	6,5%	28,2%	35,0%	15,0%	13,2%	2,1%	<b>34,7%</b>
Riacho Fundo II	4,1%	29,1%	35,0%	13,5%	15,3%	2,9%	<b>33,2%</b>
Lago Sul	4,9%	27,8%	30,5%	12,6%	9,9%	14,3%	<b>32,7%</b>
SCIA-Estrutural	5,7%	26,0%	41,0%	13,7%	12,3%	1,3%	<b>31,7%</b>
Águas Claras	2,9%	26,4%	38,1%	15,6%	10,8%	6,2%	<b>29,4%</b>
Planaltina	3,9%	24,9%	35,5%	19,2%	14,4%	2,1%	<b>28,7%</b>
Paranoá	3,8%	24,7%	38,2%	16,0%	14,9%	2,4%	<b>28,5%</b>
São Sebastião	3,6%	22,7%	45,9%	15,0%	10,2%	2,7%	<b>26,3%</b>
Jardim Botânico	4,6%	21,0%	30,8%	19,0%	10,3%	14,4%	<b>25,6%</b>
Vicente Pires	4,2%	21,1%	32,8%	23,1%	17,0%	1,8%	<b>25,3%</b>
Sobradinho	3,2%	22,0%	34,4%	20,2%	11,9%	8,3%	<b>25,2%</b>
Sobradinho II	4,2%	20,6%	39,5%	19,6%	11,7%	4,3%	<b>24,8%</b>
Brasília	1,7%	23,1%	36,1%	19,7%	12,1%	7,3%	<b>24,8%</b>
Guará	3,4%	21,1%	38,8%	14,9%	13,9%	7,9%	<b>24,6%</b>
Ceilândia	4,1%	19,8%	35,7%	17,3%	16,0%	7,1%	<b>23,9%</b>
Recanto das Emas	4,8%	18,8%	34,5%	16,8%	21,0%	4,1%	<b>23,5%</b>
Santa Maria	4,0%	19,4%	34,7%	20,5%	17,6%	3,7%	<b>23,5%</b>
Lago Norte	4,6%	18,6%	34,6%	18,6%	11,4%	12,1%	<b>23,2%</b>
Fercal	4,1%	18,4%	34,7%	18,4%	16,3%	8,2%	<b>22,4%</b>
Itapoã	3,2%	18,2%	36,9%	18,2%	18,5%	5,0%	<b>21,4%</b>
Taguatinga	2,4%	15,9%	36,4%	18,4%	18,2%	8,7%	<b>18,4%</b>
Samambaia	1,8%	16,4%	34,5%	20,2%	21,0%	6,0%	<b>18,2%</b>
Park Way	1,4%	10,0%	32,9%	16,4%	11,4%	27,9%	<b>11,4%</b>

Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização (2017)

## Presença de Capital Social

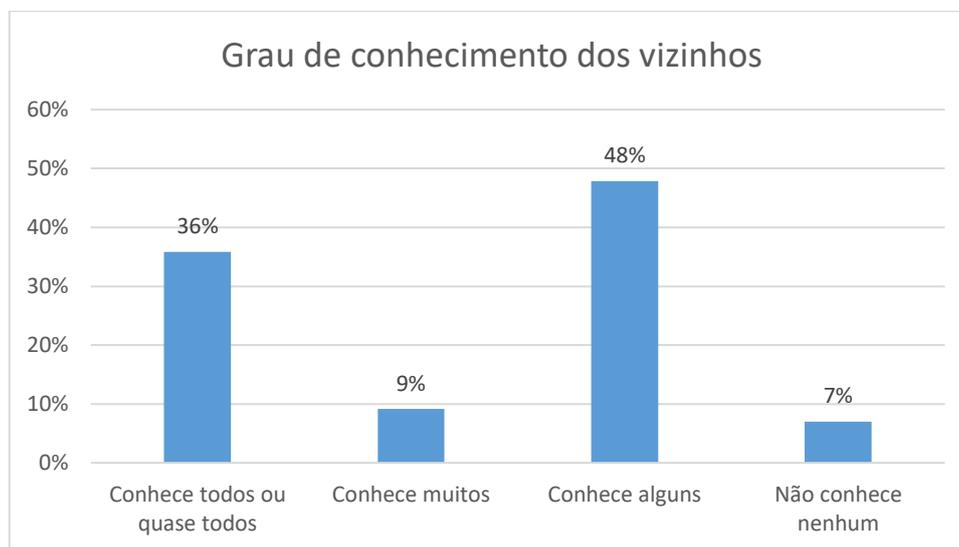
De forma geral, os dados apontam para um conhecimento com leve tendência a conhecer poucos vizinhos, uma confiança moderada entre estes e uma clara tendência de baixa visitação entre vizinhos.

### Grau de conhecimento dos vizinhos

Em relação ao reconhecimento entre vizinhos, os indivíduos tendem a conhecer alguns de seus vizinhos (48%) ou conhecer todos ou quase todos (36%).

Apenas 7% afirmou não conhecer nenhum de seus vizinhos e 9% informou conhecer muitos. Na estratificação por região administrativa, o maior grau de conhecimento é identificado no Park Way (74,1%), enquanto o menor é identificado em Águas Claras (17,3%).

Figura 3 - Grau de conhecimento entre vizinhos



Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização (2017)

Tabela 6 - Conhecimento entre vizinhos por RA

Região administrativa	Conhece todos ou quase todos	Conhece muitos	Conhece alguns	Não conhece nenhum
Park Way	74,1%	2,1%	21,0%	2,8%
Fercal	54,9%	7,8%	31,4%	5,9%
Candangolândia	49,1%	4,5%	40,9%	5,5%
Brazlândia	48,7%	8,8%	37,2%	5,3%
SCIA-Estrutural	48,0%	7,5%	38,3%	6,2%
Varjão	47,1%	9,8%	39,2%	3,9%
Gama	43,1%	8,4%	42,3%	6,1%
Riacho Fundo II	42,9%	2,3%	47,8%	7,0%
Planaltina	42,6%	7,9%	43,3%	6,1%
Paranoá	41,1%	6,5%	41,1%	11,3%
Lago Norte	41,0%	9,9%	44,5%	4,6%
Sobradinho II	40,9%	6,2%	47,1%	5,9%
Santa Maria	40,1%	9,1%	44,5%	6,2%
Recanto das Emas	39,9%	9,9%	42,9%	7,3%
Riacho Fundo	39,6%	4,0%	44,7%	11,6%
Itapoã	38,0%	7,7%	47,1%	7,2%

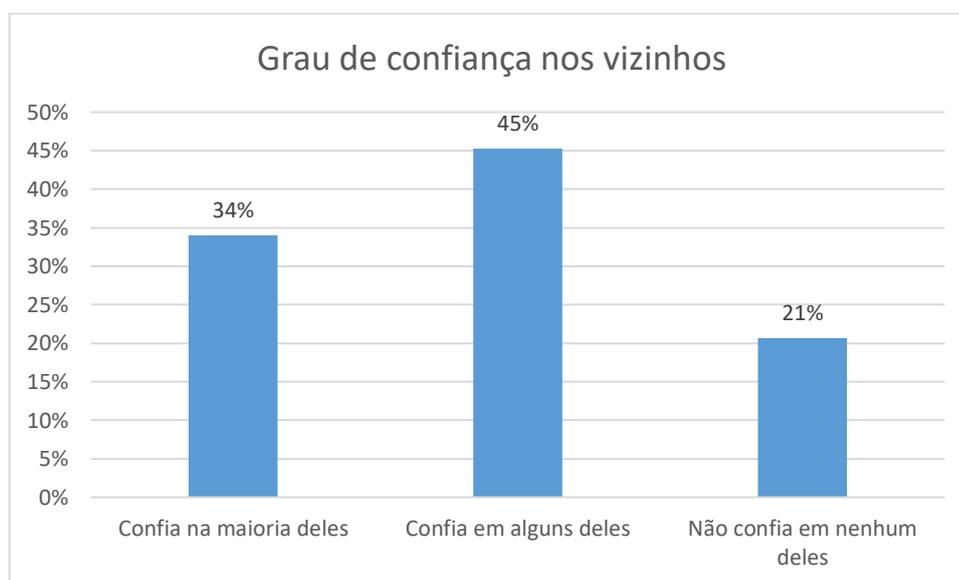
Samambaia	37,7%	10,3%	45,6%	6,4%
Vicente Pires	37,5%	5,5%	46,9%	10,2%
Ceilândia	35,9%	9,0%	47,3%	7,8%
Núcleo Bandeirante	35,8%	4,8%	47,9%	11,5%
Cruzeiro	35,0%	10,1%	50,2%	4,6%
Sobradinho	34,6%	6,7%	51,4%	7,3%
São Sebastião	34,6%	7,8%	51,9%	5,7%
Guará	33,5%	9,0%	52,2%	5,3%
Lago Sul	33,3%	5,9%	49,5%	11,3%
SIA	33,3%	8,3%	50,0%	8,3%
Jardim Botânico	32,8%	9,5%	52,2%	5,5%
Taguatinga	30,8%	10,1%	51,5%	7,6%
Brasília	25,8%	15,6%	52,5%	6,0%
Sudoeste/Octogonal	19,8%	10,8%	61,1%	8,3%
Águas Claras	17,3%	12,4%	61,6%	8,7%

Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização (2017)

### Grau de confiança nos vizinhos

Já em relação à confiança que vizinhos possuem entre si, a maioria dos entrevistados (45%) informou que confia em alguns de seus vizinhos, em segundo lugar (34%) confiam na maioria deles e por último (21%) informaram confiar em nenhum de seus vizinhos. Na estratificação por região administrativa o maior percentual de alta confiança é identificada no Park Way (68,6%) e a menor em Itapoã (23,8%).

Figura 4 - Confiança entre vizinhos



Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização (2017)

Tabela 7 - Confiança entre vizinhos por RA

Região administrativa	Confia na maioria deles	Confia em alguns deles	Não confia em nenhum deles
Park Way	68,6%	24,3%	7,1%
Lago Sul	58,5%	23,0%	18,4%
Lago Norte	55,0%	36,0%	9,0%
Brasília	53,6%	36,8%	9,6%
Sudoeste/Octogonal	50,9%	35,4%	13,6%
Jardim Botânico	46,9%	40,8%	12,2%
SIA	45,5%	27,3%	27,3%
Cruzeiro	44,7%	40,9%	14,4%
Vicente Pires	41,9%	38,1%	20,0%
Guará	40,0%	44,8%	15,2%
Fercal	38,0%	40,0%	22,0%
Águas Claras	38,0%	43,1%	18,9%
Gama	37,4%	40,2%	22,4%
Taguatinga	35,2%	46,4%	18,4%
Riacho Fundo	35,1%	43,0%	21,9%
Candangolândia	34,9%	46,8%	18,3%
Sobradinho	34,7%	45,7%	19,7%
Sobradinho II	32,6%	45,3%	22,1%
Brazlândia	32,4%	48,7%	18,9%
Riacho Fundo II	32,1%	40,6%	27,4%
Núcleo Bandeirante	31,3%	47,5%	21,3%
Varjão	30,0%	42,0%	28,0%
Recanto das Emas	28,3%	45,6%	26,0%
Planaltina	28,2%	49,8%	22,0%
Samambaia	28,0%	48,5%	23,5%
São Sebastião	27,5%	50,5%	22,0%
Santa Maria	26,0%	51,4%	22,7%
Ceilândia	24,4%	50,5%	25,1%
Paranoá	24,0%	48,6%	27,4%
SCIA-Estrutural	23,9%	47,8%	28,3%
Itapoã	23,8%	49,0%	27,3%

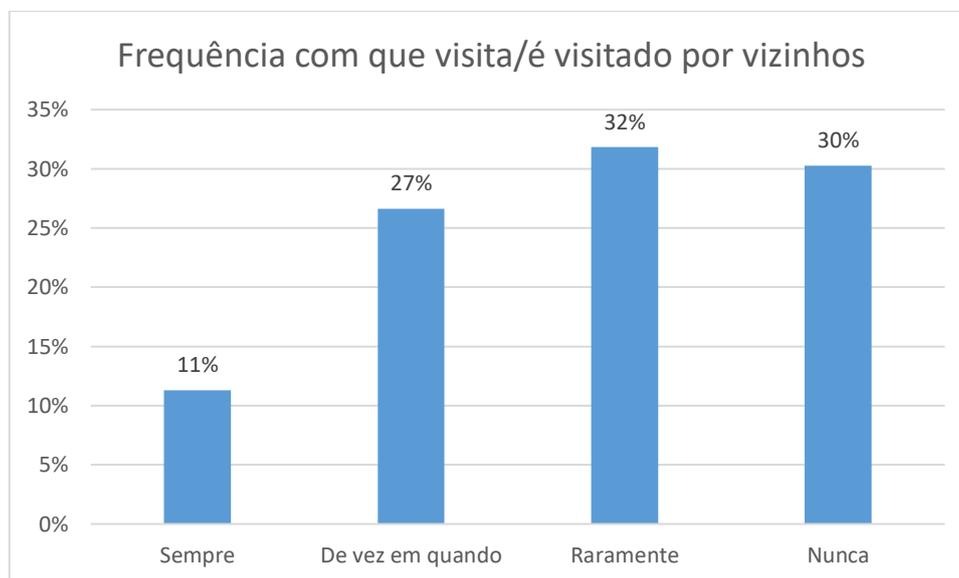
Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização (2017)

### Grau de visitação entre vizinhos

Em relação à frequência com que os entrevistados visitam seus vizinhos ou são visitados por estes, é possível identificar uma tendência a uma menor frequência de visitas. O menor percentual de entrevistados (11%) informou visitar sempre seus vizinhos, enquanto 27% informou visitar de vez em quando. Já as maiores frequências, praticamente empatadas, estão as categorias “nunca” e

“raramente”, com 30% e 32% respectivamente. Em relação a estratificação territorial, a região administrativa onde os vizinhos mais visitam uns aos outros é a Fercal, com 18% dos entrevistados informando que visitam “sempre” seus vizinhos, e a menor incidência para esta categoria é o Sudoeste/Octogonal, com 6,3%.

Figura 5 - Frequência de visitação entre vizinhos



Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização (2017)

Tabela 8 - Visitação entre vizinhos por RA

Região	Sempre	De vez em	Raramente	Nunca
Fercal	18,0%	30,0%	34,0%	18,0%
SIA	16,7%	25,0%	33,3%	25,0%
Recanto das Emas	16,4%	27,8%	29,3%	26,5%
Park Way	15,5%	31,0%	32,4%	21,1%
Varjão	15,4%	28,8%	30,8%	25,0%
Candangolândia	15,3%	21,6%	35,1%	27,9%
SCIA-Estrutural	15,0%	28,2%	29,1%	27,8%
Sobradinho II	14,2%	25,0%	32,2%	28,6%
Brazlândia	14,1%	27,9%	32,0%	26,1%
Planaltina	14,0%	28,7%	30,7%	26,6%
Samambaia	13,1%	25,8%	30,9%	30,3%
São Sebastião	11,9%	31,5%	32,7%	23,9%
Vicente Pires	11,8%	27,8%	32,4%	28,0%
Gama	11,7%	26,8%	32,1%	29,4%
Jardim Botânico	11,0%	36,0%	28,5%	24,5%
Águas Claras	10,9%	22,1%	28,3%	38,7%

Santa Maria	10,8%	25,9%	33,0%	30,2%
Sobradinho	10,7%	25,1%	37,7%	26,5%
Paranoá	10,7%	25,8%	30,9%	32,6%
Lago Norte	10,6%	27,8%	37,3%	24,3%
Cruzeiro	10,6%	24,8%	33,5%	31,2%
Lago Sul	10,3%	22,8%	31,7%	35,3%
Ceilândia	10,2%	29,8%	31,3%	28,7%
Taguatinga	9,8%	24,9%	31,9%	33,3%
Guará	9,8%	23,0%	32,5%	34,7%
Riacho Fundo II	9,6%	25,7%	33,8%	30,9%
Riacho Fundo	9,5%	19,6%	40,0%	30,9%
Itapoã	9,2%	27,5%	31,7%	31,7%
Núcleo Bandeirante	9,1%	25,5%	32,1%	33,3%
Brasília	8,1%	26,7%	31,8%	33,4%
Sudoeste/Octogonal	6,3%	18,3%	34,5%	41,0%

Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização (2017)

## IMPACTO DO POLICIAMENTO NO CAPITAL SOCIAL

A tabela de resumo do modelo indica um valor de Verossimilhança de log -2 menor a cada iteração do modelo, o que representa uma melhor adequação do modelo a cada iteração. Em outras palavras, o modelo se torna mais preditivo da variável dependente a cada variável inserida. Entretanto, é importante salientar que a variação entre o log -2 é pequena a cada passo, indicando um baixo incremento preditivo à cada inserção.

Tabela 9 – Parâmetros de Explicação do Modelo (1)

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	27042,349 <sup>a</sup>	,010	,014
2	26830,444 <sup>a</sup>	,021	,028
3	26752,610 <sup>a</sup>	,025	,033
4	26722,875 <sup>a</sup>	,026	,035

a. Estimation terminated at iteration number 3 because parameter estimates changed by less than ,001.

É possível notar também que o R<sup>2</sup> de Nagelkerke (que varia de -1 a 1) está próximo de 0. Caso o indicador apresentasse valor 1, isso indicaria uma máxima correlação positiva entre o modelo e a variável dependente, caso apresentasse

valor -1, teríamos uma correlação máxima inversamente proporcional. Em sendo 0,035 temos que o modelo se ajusta positivamente, mas que há uma grande parcela da variação da variável dependente que não é explicada pelo modelo construído.

Ao analisar a tabela de capacidade de explicação do modelo 2 temos que o modelo com apenas a constante (sem nenhum preditor) é explicativo em 54,2% dos casos. Entretanto, com as variáveis inseridas no modelo esse fator preditivo sobe para 57,2%.

*Tabela 10 Parâmetros de Explicação do Modelo (2)*

Observed		Predicted		
		CS_Index		Percentage Correct
		,00	1,00	
Step 0	CS_Index ,00	10700	0	100,0
	CS_Index 1,00	9055	0	,0
	Overall Percentage			54,2

a. Constant is included in the model.

b. The cut value is ,500

*Tabela 11 - Parâmetros de Explicação do Modelo (3)*

Observed		Predicted		
		CS_Index		Percentage Correct
		0	1	
Step 1	CS_Index 0	6166	4534	57,6
	CS_Index 1	4289	4766	52,6
	Overall Percentage			55,3
Step 2	CS_Index 0	8093	2607	75,6
	CS_Index 1	5998	3057	33,8
	Overall Percentage			56,4
Step 3	CS_Index 0	7981	2719	74,6
	CS_Index 1	5729	3326	36,7
	Overall Percentage			57,2
Step 4	CS_Index 0	7882	2818	73,7
	CS_Index 1	5628	3428	37,9
	Overall Percentage			57,2

a. The cut value is ,500

O incremento de 3% na capacidade explicativa do modelo sugere baixa capacidade explicativa do modelo, sendo recomendado que se busque um modelo com melhor ajuste à variável dependente. Porém, dentro do âmbito em que o modelo se ajusta, podemos avaliar os coeficientes e estatísticas das covariantes na próxima tabela. Para fins de compreensão das categorias do modelo, tal qual apresentadas pelo output do sistema, informamos a relação das nomenclaturas:

*Tabela 12 - Categorias Respostas*

Variável	Rótulo
Policiamento	Bom
Policiamento(1)	Regular
Policiamento(2)	Ruim
Sexo(1)	Masculino
Faixa.etaria	16-24
Faixa.etaria(1)	25-34
Faixa.etaria(2)	35-44
Faixa.etaria(3)	45-54
Faixa.etaria(4)	55 ou mais
Roubado(1)	Sim
Sens.Seguranca(1)	Inseguro

*Tabela 13 – Resultados da Análise*

Variables in the Equation		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 4 <sup>d</sup>	Policiamento			51,021	2	,000	
	Policiamento(1)	-,093	,037	6,227	1	,013	,911
	Policiamento(2)	-,257	,037	47,379	1	,000	,773
	Sexo(1)	-,390	,029	177,966	1	,000	,677
	Faixa.etaria			218,396	4	,000	
	Faixa.etaria(1)	-,272	,047	33,445	1	,000	,762
	Faixa.etaria(2)	-,043	,047	,856	1	,355	,958
	Faixa.etaria(3)	,124	,049	6,500	1	,011	1,132
	Faixa.etaria(4)	,349	,044	63,466	1	,000	1,418
	Sens.Seguranca(1)	-,205	,037	31,440	1	,000	,814
	Constant	,282	,049	33,606	1	,000	1,326

- a. Variable(s) entered on step 1: Sexo.
- b. Variable(s) entered on step 2: Faixa.etaria.
- c. Variable(s) entered on step 3: Policiamento.
- d. Variable(s) entered on step 4: Sens.Seguranca.

No tocante a análise do impacto do policiamento nas ruas, a referência é a primeira categoria: “bom ou ótimo”. Assim, temos que as demais categorias de interesse, “regular” e “ruim”, demonstraram ter impactos significativos estatisticamente para a análise (Sig < 0,05). Através do indicador Beta - razão de chance – é possível verificar que aqueles que responderam que o policiamento nas ruas de sua vizinhança é “ruim” possuem 25% menos chance de ter alto capital social na vizinhança do que aqueles que responderam que o policiamento é “bom ou ótimo” e que aqueles que classificaram o policiamento nas ruas de sua vizinhança como “regular” possuem 9% menos chance de ter alto capital social na vizinhança do que aqueles que responderam que o policiamento é “bom ou ótimo”. Concluindo, a presença do policiamento na vizinhança incrementa as chances de se observar um contexto vicinal com maior capital social.

No tocante a análise do impacto do sexo, a referência é a categoria “mulher”. Encontramos um impacto estatisticamente significativo que nos revelou que os homens têm 39% menos chance de ter alto capital social na vizinhança do que as mulheres. Concluindo, a mulher contribui mais para a experiência associativa vicinal do que os homens.

No tocante a análise do impacto da idade, a referência é a faixa etária 16 a 24 anos. Encontramos impactos estatisticamente significativos para todas as categorias, com exceção da faixa 35-44 anos. Conforme esperado, as pessoas mais velhas são as que mais contribuem para a experiência associativa vicinal. Assim, as pessoas que tem idade acima de 54 anos tem 34% mais chance de ter alto capital social na vizinhança do que as pessoas que tem idade abaixo de 25 anos.

Por fim, no tocante a análise do impacto da sensação de insegurança nas ruas do bairro onde reside, a referência foi a situação de não ter medo. Alcançamos também um resultado que é estatisticamente significativo. Neste contexto, identificamos que os inseguros têm 20% menos chance de ter alto capital social na vizinhança do que as pessoas que se sentem seguras. Em outras palavras, a insegurança contribui para a redução do capital social.

Durante o processamento estatístico da regressão logística binária a variável relativa à vitimização foi automaticamente removida do modelo por não apresentar contribuição relevante para a variação do fenômeno a ser explicado.

A análise comparativa dos valores de Exp (B) nos permitiu, ainda, identificar a ordem de importância ou força de impacto destes fatores na determinação do capital social. Verificamos que o dentre estes 5 fatores analisados (policimento ostensivo, sexo, idade, sensação de insegurança e vitimização criminal), o fator que teve mais força na determinação da presença de capital social foi a idade, seguido pela qualidade do policiamento ostensivo (regular), depois a sensação de insegurança e, por fim, o fator menos impactante, o sexo. O fato de ter sido vitimado criminalmente não impactou a presença de capital social.

## **CONCLUSÃO**

A análise aqui desenvolvida demonstra que o policiamento ostensivo contribui para a promoção do capital social das comunidades do Distrito Federal. Entretanto, ainda que a literatura indique a relevância do policiamento ostensivo na promoção do capital social comunitário, a evidência empírica aqui apresentada nos informa que esta influência é demasiadamente limitada. Também, foi possível identificar uma maior contribuição das mulheres do que dos homens para o capital social comunitário, corroborando a evidência já apontada pela literatura. Isso ressalta a relevância das mulheres como atores centrais em potencial como protagonistas de políticas de segurança pública que tenham como princípio a utilização do capital social comunitário. De forma mais evidente, foi possível identificar que a idade dos entrevistados se apresentou como o fator de maior impacto para o modelo analítico proposto. Os indivíduos mais velhos das comunidades tendem a contribuir mais fortemente com a produção do capital social comunitário. Assim como as mulheres, os membros mais velhos da comunidade, em especial os idosos, devem ser considerados com maior atenção quando da aplicação de políticas que se valem do capital social comunitária. Por fim, notou-se também que a sensação de insegurança, mais do que a vitimização pelo roubo, se apresenta como elemento significativo no controle do capital social das comunidades. Esta percepção reforça a noção de que a segurança pública

necessita zelar não apenas dos atos concretos da atividade criminosa, mas também sobre os efeitos psicológicos gerados por um ambiente que pode ou não conter o elemento criminal.

Os resultados desta pesquisa se mostram particularmente interessantes na medida em que resgata a discussão sobre as interpretações demasiadamente limitadas das teses da Escola de Chicago a respeito da desorganização social. Historicamente muito se criticou o programa Tolerância Zero por dar demasiada ênfase ao aspecto coercitivo do controle social. Quando falamos de organização social não estamos aqui tratando de um comportamento assepticamente ordeiro da população, mas sim sobre a rede de interações positivas e construtivas entre membros de determinada população. Estas interações visam produzir ou potencializar efeitos positivos do interesse dos próprios indivíduos, construindo um ambiente mais rico de possibilidades.

Os resultados dessa pesquisa evidenciaram uma relevância de médio impacto – ainda que positiva – da ação diretamente estatal sobre a presença de capital social, aqui representada pelo policiamento ostensivo, e uma relevância elevada de fatores relacionados ao perfil dos indivíduos (idade) e suas posições na estrutural social, trazendo assim foco nas possibilidades sociais destes. Desta forma, este estudo sugere que futuras investigações devam concentrar maior foco nas características estruturais dos indivíduos, assim como em suas significações.

Um apontamento outro que necessita ser feito refere-se à diversidade social do Distrito Federal. Longe de ser uma região homogênea, o Distrito Federal abarca diversas realidades sociais e, muitas vezes, com fortes contornos territoriais. Assim, uma vez que a base de dados utilizada para este estudo comporta representatividade por região administrativa, recomendamos que futuros estudos se dediquem a realizar inferências estatísticas com desagregação territorial, identificando as diferentes possibilidades segundo regiões administrativas distintas.

## **BIBLIOGRAFIA**

ADORNO, Sérgio. **Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo.

AZEVEDO, Ana Luísa Vieira de; RICCIO, Vicente; RUEDIGER, Marco Aurélio. **A utilização das estatísticas criminais no planejamento da ação policial: cultura e contexto organizacional como elementos centrais à sua compreensão.** Ciência da Informação, Brasília, v. 40, n. 1, p. 9-21, jan./abr. 2011

Box, S; Hale, C. e Andrews, G. **Explaining Fear of Crime.** *British Journal of Criminology.* 1988.

COLEMAN, J. **The rational reconstruction of society: 1992 presidential address.** *American Sociological Review*, v.58, nº 1, fev., 1993

CANO, Ignácio. Sur, Rev. int. **direitos human.** vol.3 no.5 São Paulo Dec. 2006

COSTA, Arthur Trindade Maranhão and DURANTE, Marcelo Ottoni. **A Polícia e o Medo do Crime no Distrito Federal.** Dados [online]. 2019, vol.62, n.1, e20180032. Epub June 10, 2019.

COSTA, Arthur Trindade; DURANTE, Marcelo Ottoni. **Medo do crime e vitimização no Distrito Federal: Analisando as vulnerabilidades de gênero, idade, raça e renda.** Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc., Rio de Janeiro, vol. 12, n. 2, pp. 239-265, 2019.

FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística com SPSS.** Armed. Porto Alegre, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública.** São Paulo, 2019

HALE, C. **Fear of Crime: A Review of the Literature.** *International Review of Victimology.* 1996

LIMA, Sérgio; RATTON, José; AZEVEDO, Renato. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil.** Contexto. São Paulo, 2014.

MATTOS, Marcio. **Efeitos vizinhança e eficácia coletiva: a relevância do contexto na explicação sociológica.** Soc. estado., Brasília. 2018

MOLYNEUX, M. **Gender and the silences of social capital: lessons from Latin América.** *Development and Change*, v.33, nº 2, 2002.

Ministério da Justiça. **Pesquisa Nacional de Vitimização.** 2011.

PAIXÃO, A; BEATO, Cláudio. **Crimes, vítimas e policiais.** *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 9(1): 233-248, maio de 1997.

PUTNAM, Robert D. **The Prosperous Community.** *The American Prospect* 4(13):35–42. 1993

PUTNAM, Robert D. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community.** New York: Simon & Schuster. 2000

PUTNAM, Robert. D. **Vamos jogar juntos.** *Rio Estudos Especial*, maio. 2003.

RIBEIRO, Allan. **A sensação de insegurança na vizinhança da população do Distrito Federal entre 2015 e 2018.** 2019. 100 f., il. Dissertação (Mestrado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

Secretaria da Segurança Pública. **Pesquisa de Vitimização Distrital.** Brasília. 2017.

Sehnem, A., Macke, J. **Capital social explicado com base em fatos históricos culturais em três sdrs do extremo-oeste catarinense.** *Unoesc & Ciência – ACSA.* 2014.

SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; BEATO FILHO, Claudio Chaves. **Ecologia social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime.** *Rev. bras. estud. popul.* [online]. 2013

SILVA, Bráulio. **Violência urbana e política pública de prevenção: avaliação do programa Fica Vivo no estado de Minas Gerais, Brasil.** *Revista Brasileira de Estudos População* [online]. vol. 35 no 2. São Paulo, 2018.

SKOGAN, W.; HARTNETT, S. **Community policing, Chicago Style.** Oxford: Oxford University Press, 1997.

SKOGAN, W. **Community Policing: Can it work?** Northwestern University. Thomson Wadsworth. 2004

SOARES, G. O sentimento de insegurança: teorias, hipóteses e dados. In: DUARTE, M. S. de B. (Coord.); PINTO, A. S.; CAMPAGNAC, V. (Orgs.). **Pesquisa de condições de vida e vitimização de 2007**. Rio de Janeiro: Rio Segurança, 2008.

UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime. **DATAUNODC**. Em: <https://dataunodc.un.org/content/data/homicide/homicide-rate>. Acessado em 14 de set de 2021.

WILCOX, R. **Logistic regression: An inferential method for identifying the best predictors**. Journal of Modern Applied Statistical Methods. 2018

WIRTH, L. **Urbanism as a Way of Life**. AJS. 1938

ZALUAR, Alba; RIBEIRO, Ana Paula Alves. **Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca**. Novos estud. - CEBRAP [online]. 2009, n.84, pp.175-196. ISSN 1980-5403.